

ACTA NÚMERO 11/XII/ 1.^a SL

Aos 14 dias do mês de Setembro de 2011, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Agricultura e Mar, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência da APA – Associação Portuguesa de Aquacultores, sobre a apresentação de algumas propostas para a fileira da aquicultura.
2. Audiência da CNJ – Conferência Nacional dos Jovens Agricultores para debater assuntos relevantes para o sector.

A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vasco Cunha que saudou todos os Senhores Deputados presentes.

O Senhor presidente informou que a visita de trabalho ao Alqueva terá lugar no próximo dia 20 de Setembro. Informou ainda que o Seminário sobre a PCP não poderá ser a 3 ou 4 de Outubro, dado que estão agendadas para essa data as jornadas parlamentares do PCP.

Por último, o Senhor Presidente recordou que no dia 27 de Setembro, pelas 10:30H, terá lugar a Audição com o Senhor Secretário de Estado da Agricultura sobre o PRODER, iniciativa que estava prevista no plano de Actividades da CAM.

O senhor Deputado Pedro Lynce propôs que, na Audição com o Senhor Secretário de Estado, fosse também abordado o tema da reforma da PAC, o que foi aceite.

De seguida teve início a audiência com a APA, cuja delegação era composta pelos Senhores António Coelho e Castro, Carlos Henriques, José Calheiros e Fernando Gonçalves.

O Senhor Presidente saudou os representantes da APA, informou-os sobre a metodologia da reunião, tendo-lhe de imediato dado a palavra.

Os representantes da APA abordaram os seguintes temas:

- **Seguro Aquícola** – Necessidade de regulamentação do DL n.º 21/2011 de 9 de Fevereiro que criou o AQUISEGURO, Seguro Agrícola Bonificado. Sem essa regulamentação o diploma não tem qualquer aplicação prática.

- **Electricidade Verde** – Com a publicação do Despacho n.º 7428/2010 foi implementado um apoio ao sector sobre os custos da electricidade no valor máximo de 20% sobre esses mesmos custos. Esse apoio terminou em Maio de 2011 e a APA refere que é vital para o sector que esse apoio seja renovado e implementado definitivamente.

- **Combustíveis** – A APA refere que o sector não beneficia de qualquer redução da carga fiscal sobre os combustíveis que usa, situação injusta, uma vez que o sector agrícola e o sector pecuário beneficiam deste apoio.

Segundo a APA, de acordo com um levantamento efectuado por esta associação junto dos seus associados e outros produtores, em termos de OE, esta redução significaria uma redução na receita à volta de 200.000 euros.

- **Maternidade de bivalves** – A APA afirma que o sector Aquícola nacional tem na produção de bivalves uma importante fatia da sua produção total, no entanto, existe um enorme entrave ao desenvolvimento deste subsector (moluscicultura) que é a falta de sementes disponíveis dada a inexistência de maternidades em Portugal. A APA considera que é urgente a construção de pequenas maternidades, tal como existe em Espanha, para fornecimento gratuito das sementes aos produtores.

- **IVA na compra de materiais e utensílios** – A APA reivindica a isenção do IVA na compra de materiais e utensílios para as explorações aquícolas, tal como existe para o sector das pesca (alíneas d), e) e f) do artigo 14.º, Secção III do Código do IVA).

- **IVA aplicado às ostras** – Foi sublinhado que as Ostras são o único bivalve a ser comercializado com taxa de IVA máximo, o que coloca entraves à sua comercialização.

- **Prazos de pagamento** – O DL n.º 118/2010 estabelece prazos de pagamento a 30 dias, no entanto, a maioria dos produtores aquícolas fica excluída desta legislação. Seria importante para o sector uma revisão da legislação estabelecendo que em todas as transacções comerciais de produtos alimentares, seja vinculativo o prazo de pagamento a 30 dias da data da entrega do produto.

- **Plano Sectorial** – A APA julga ser de grande importância a existência de um Plano Sectorial onde sejam salvaguardadas as actuais áreas de produção, assim como as áreas de expansão das empresas em laboração e futuras áreas de produção.

- **Prazos das Licenças** – As Licenças a que o sector Aquícola está sujeito são concedidas a título precário e por um prazo máximo de 10 anos, propõe-se a sua extensão para 75 anos tal como existe para o regime de concessões de acordo com o n.6 do artigo 68.º do DL n.º 58/2005.

- **REN (Reserva Ecológica Nacional)** – Foi referida a necessidade de alteração das áreas de construção na REN, aumento dos actuais 80m² para os 635m², apenas desta forma as empresas aquícolas terão condições para cumprir toda a legislação que lhe é aplicada

- **PROMAR** – Foi proposta a continuação da majoração de 10% para os projectos situados fora da zona de Lisboa e Vale do Tejo de acordo com o artigo 8.º da Portaria n.º 117/2010 e artigo 9.º da Portaria 1175/2010. Foi também proposta a desburocratização e redução dos tempos de apreciação das candidaturas para 30 dias após data de entrega.

- **Produtos farmacêuticos** – Propõe-se o reconhecimento automático das autorizações de utilização de medicamentos, vacinas e desinfectantes para uso em aquacultura, já legalizados em países da UE, com a respectiva redução/isenção de custos de registo.

- **Carta de Mergulho** – Disponibilização urgente de cursos de mergulho especializados para a actividade Aquícola semelhantes aos existentes em Espanha.

Usaram da palavra para solicitarem esclarecimentos e produzirem comentários os senhores Deputados Ulisses Pereira, Jorge Fão e Abel Baptista, tendo os representantes da APA respondido às questões colocadas.

Por último os representantes da APA reafirmaram o convite para que a Comissão faça uma visita de trabalho ao sector, que já esteve agendada, mas que devido à dissolução da AR, não foi possível concretizar.

De seguida teve lugar a audiência com a CNJ – Confederação Nacional de Jovens Agricultores, cuja delegação era composta pelos Senhores Luís Pedro Saldanha Miranda (Presidente) e Carlos Alberto Ferreira Franco (Vice-Presidente)

O Senhor Presidente cumprimentou os representantes da CNJ, informou sobre a metodologia da reunião, dando-lhe, de imediato, a palavra.

A delegação da CNJ, procedeu à entrega de documentação de suporte à sua intervenção, já distribuída por todos os Senhores Deputados.

No que concerne ao PRODER, medida 113 instalação de jovens agricultores foi referenciada a situação actual e foi apresentada uma proposta, que se consubstancia “que os jovens agricultores tenham que constituir uma empresa Unipessoal Lda. neste momento não é obrigatório, e que o prémio da 1.^a instalação seja integrado como capital social da empresa, ficando deste modo ligado à actividade, permitindo também assim uma maior garantia e facilidade de financiamento, caso seja necessário, passando o capital social dos 5000 euros obrigatórios para 45.000 euros (5000+40000).

A não obrigatoriedade de efectuar investimento para ter direito ao prémio de 1.^a instalação; Que a sua área de residência seja na NUT afecta ao projecto”.

Quanto à formação foi apresentada a seguinte proposta “que a formação continue a ter um peso importante na qualificação dos Jovens agricultores, mas que não seja permitida, como agora acontece, que se inicie o projecto e toda a actividade, sem ter a qualificação bastante e necessária. Neste momento tem dois anos para realizar a formação após a aprovação do projecto. É como permitir a condução de viaturas na estrada e só depois se tenha que tirar a licença de condução”.

A CNJ procedeu ainda à apresentação do projecto “Feira Rural” que tem como objectivos: facilitar o acesso ao mercado a pequenos produtores que não conseguem aceder a formas de distribuição alternativas; facilitar o acesso aos consumidores de produtos frescos com preços razoáveis, facilitar a interacção entre produtores e consumidores; promover um acontecimento social local, promover um maior conhecimento do meio rural por parte dos consumidores urbanos; contribuir para uma maior sustentabilidade ambiental pois há menos custos de transporte, armazenamento, refrigeração, embalamento e logístico e permite a realização de outras actividades associadas, quer artesanais, quer educativas ou culturais.

Foi também apresentado a iniciativa “Horta pedagógica” com o acompanhamento de técnicos nas escolas.

Foi abordada a temática do “Banco de Terras” e também a importância de um acompanhamento muito atento no que concerne à reforma da PAC.

Solicitaram esclarecimentos e produziram comentários os senhores Deputados Pedro Alves, Miguel Freitas, Manuel Isaac e João Ramos.

Os representantes da CNJ responderam às questões colocadas.

As audiências foram gravadas e podem ser ouvidas em:

http://srvvideo3/site/XIILEG/1SL/COM/07-CAM/CAM_20110914.mp3

A reunião foi encerrada às 14:10 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

:

Abel Baptista
Agostinho Lopes
Cristóvão Norte
Fernando Jesus
Isabel Santos
Jorge Fão
Luís Fazenda
Luís Pedro Pimentel
Manuel Isaac
Manuel Seabra
Maria José Moreno
Mário Simões
Miguel Freitas
Nuno Serra
Paulo Batista Santos
Pedro Alves
Pedro do Ó Ramos
Pedro Lynce
Rosa Maria Albernaz
Ulisses Pereira
Vasco Cunha
Acácio Pinto
Afonso Oliveira
Eduardo Teixeira
Graça Mota
Hélder Sousa Silva
João Ramos



Comissão de Agricultura e Mar

Lídia Bulcão
Maurício Marques
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Renato Sampaio

Palácio de São Bento, 14 de Setembro de 2011.

O PRESIDENTE

(Vasco Cunha)